

A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemoniasⁱ

Recebido: 27.07.21
Aprovado: 27.03.22

Julice Salvagni (<https://orcid.org/0000-0002-6334-0649>),
Departamento de Ciências Administrativas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱ.

Magda Georgia da Silva (<https://orcid.org/0000-0003-3673-9360>)
Universidade La Salle, Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱⁱ.

Marília Veríssimo Veronese (<https://orcid.org/0000-0002-3618-7079>),
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS, Brasil^{iv}.

Róber Iturriet Avila (<https://orcid.org/0000-0002-9422-9628>),
Departamento de Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil^v.

i. Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) para a realização deste trabalho.

ii. Julice Salvagni é professora adjunta no Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <julicesalvagni@gmail.com>.

iii. Magda Georgia da Silva é bacharel em letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em gestão empresarial pelo Centro Universitário Ritter dia Reis (Uniriter), Porto Alegre, RS, Brasil. <magda.georgia08@gmail.com>.

iv. Marília Veríssimo Veronese é doutora em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora titular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <marilivi@unisinos.br>.

Resumo: Este artigo aborda temas relativos à nova rota da seda, a iniciativa chinesa que gera significativos impactos geopolíticos e econômicos globais. Faz parte desse quadro de projeção chinesa o seu ativismo financeiro, notadamente através do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e do Fundo da Nova Rota da Seda. Destaca-se o impulso para dinamizar a economia e o comércio com outros países por meio de melhorias logísticas, visando o aumento de sua segurança energética e condições favoráveis para o escoamento de sua produção industrial. Sugere-se que o sucesso da China passa a ser do Presidente Xi Jinping e da condução assertiva de suas decisões para a concretização da nova rota da seda, tendo a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean+3) como importantes fóruns multilaterais para a tomada de decisões. Esse megaprojeto de investimento em infraestrutura envolvendo mais de 65 países tem o potencial de desafiar a supremacia ocidental representada pela hegemonia estadunidense, neste século XXI.

Palavras-chave: Nova Rota da Seda. Re-emergência da China. Crise da hegemonia estadunidense. Geopolítica. Revisão Integrativa da literatura.

The Chinese rise and the New Silk Route: global changes, new hegemonies

Abstract: This article addresses topics related to the new silk road, the Chinese initiative that generates significant geopolitical and economic impacts over the globe. Part of this Chinese projection framework is its financial activism, notably through the Asian Infrastructure Investment

v. Róber Iturriet Avila é doutor em economia do desenvolvimento e professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<roberiturriet@yahoo.com.br>

Bank and the New Silk Road Fund. The drive to boost the economy and trade with other countries through logistical improvements is highlighted, aiming to increase the country's energy security and to promote favorable conditions for the flow of its industrial production. It is suggested that China's success has to its President Xi Jinping and the assertive conduct of his decisions to implement the new silk road, with Shanghai Cooperation Organization (OCX) and Association of Southeast Asian Nations (Asean+3) as important multilateral forums for decision making. This infrastructure investment megaproject involving more than 65 countries, has the potential to challenge the Western supremacy represented by the US hegemony, in this 21st century.
Keywords: New Silk Road. China's re-emergence. American Hegemonic Crisis. Geopolitics. Integrative Review.

Keywords: Material deprivation. Child poverty. Item response model theory. Social index.

Introdução

A existência da civilização chinesa com seus mais de cinco mil anos desafia o tempo: encerrou a dinastia Qing para se tornar República sem nunca ter deixado de ser Império (Jinping, 2014). O Império do Meio (中国 Zhongguó) recria hoje o mítico caminho da Rota da Seda para promover a integração regional e fortalecer vínculos diplomáticos com países da Eurásia e da África que, por mais de mil anos, foram ligados através das antigas estradas comerciais. Assim, a República Popular da China inicia o século XXI como um dos principais atores da arena global.

É indiscutível a importância da China nas últimas décadas da economia globalizada e seu impacto nas economias de múltiplas nações, até porque ela se tornou grande importadora de recursos minerais e energéticos, indispensáveis para o abastecimento de seu extenso e impressionante parque industrial. Segundo Helton Ouriques:

O aumento da importação de minério de ferro e petróleo e a expansão da própria demanda doméstica de carvão tornaram o país um dos maiores emissores de CO₂ do planeta. O ritmo da atividade exportadora chinesa aumentou a pressão competitiva sobre as economias do centro e das periferias (Ouriques, 2014: 20).

Muitos livros e artigos têm sido escritos na tarefa de pesquisar e analisar todos os aspectos – que incluem muitas contradições, por certo – dessa ascensão chinesa no mundo. Não resta dúvida: hoje é fundamental desvendarmos o que se passa naquele país asiático, para entendermos o que está ocorrendo no mundo em termos de processos socioeconômicos e geopolíticos globais (Olivén, 2011).

Há controvérsias na literatura, questões em debate, como por exemplo a entrada da China como “parceira” comercial no continente africano. Que espécie de

“parceria” é esta? Segundo Ching Kwan Lee (2017), a China mira agressivamente as matérias-primas de países africanos, estabelecendo uma presença poderosa no crescente mercado do continente. Entre os principais investidores estrangeiros na África, a China tem despertado do medo à esperança. Para muitos, o espectro de uma disputa neocolonial chinesa é real, enquanto para outros a China é a melhor oportunidade de renovação econômica da África. Contudo, não se tem aqui a pretensão de uma análise crítica desses aspectos do debate acadêmico. Os objetivos deste artigo são mais modestos.

Focalizam-se os esforços na compreensão da iniciativa chinesa “Um cinturão, uma rota”¹ e seu potencial para dinamizar a economia de mais de 65 países. Tal tema, em específico, é de grande relevância no cenário geopolítico contemporâneo, pois suas ações de integração regional através de investimentos em infraestrutura e da criação de corredores econômicos em nações da Eurásia e África trazem a possibilidade de potencializar a conectividade entre os participantes, transformando-os em eixos geoestratégicos através da Nova Rota da Seda, apesar dos riscos e das desigualdades presentes no processo.

Ao considerar as mudanças que desafiam o Ocidente nas primeiras décadas deste século e que colocam frente a frente a República Popular da China e os Estados Unidos da América, no que se refere à globalização econômica, torna-se fundamental produzir análises dos reordenamentos geopolíticos mundiais em seus múltiplos aspectos. No contexto contemporâneo em que o país asiático se destaca como uma das lideranças do sistema econômico mundial, questiona-se o papel da Nova Rota da Seda para a expansão do poder chinês no atual cenário.

O objetivo foi, portanto, analisar esse fenômeno através de revisão da literatura que pudesse apontar pistas empírico-teóricas sobre os fatores que têm conduzido à consolidação do poder da China no cenário geopolítico. Fazemos uma inflexão também no aspecto de aquilatar o quanto a hegemonia estadunidense poderia estar sendo ameaçada pelo avanço da China como potência global. Em consonância, destaca-se a superação da China na consolidação de seu ativismo econômico-financeiro e da afirmação de sua liderança na Eurásia como consequência da agenda positiva em prol do desenvolvimento, notadamente através da exportação de investimentos em infraestrutura para os países que fazem parte da Nova Rota da Seda. Pretende-se ainda ilustrar o intenso protagonismo chinês personalizado através de seu presidente Xi Jinping e sua vocação multilateralista, exteriorizada sobremaneira através de fóruns como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e em acordos com a Rússia.

1. A iniciativa “um cinturão, uma rota” (Obor – sigla em inglês) será designada neste trabalho por Nova Rota da Seda, cujo nome oficial é Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI.

Em função da atualidade e complexidade do assunto-alvo desta pesquisa, optou-se pela busca em bases de dados on-line de trabalhos científicos, numa pesquisa realizada em 2018 e início de 2019. Foram selecionados textos que trabalhavam o papel da Nova Rota da Seda como instrumento da expansão de poder da China no cenário geopolítico, nessas primeiras décadas do século XXI. Para isso, foi realizada a revisão integrativa, através de fontes abertas de publicações especializadas, a fim de reunir um quadro temático geral, em vez de consultar apenas alguns artigos que não contribuiriam para formar um espectro de argumentação mais consistente (Sampaio & Mancini, 2007).

Por fim, os dados foram submetidos a uma análise de conteúdo que, segundo Martin Bauer e George Gaskell (2002), é o método que permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos, estereótipos e compará-los. A codificação e posterior classificação dos dados são tarefas de construção entre a teoria e os materiais coletados, obtendo-se um conjunto de procedimentos documentados. Os documentos, depois de categorizados, oportunizaram a análise do tecido geopolítico que está sendo formado a partir da consolidação da Nova Rota da Seda chinesa.

As mudanças na hegemonia e a ascensão chinesa na Nova Rota da Seda

A hegemonia se configura como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (Arrighi, 1996: 27). Nestes termos, é um poder que se explicita pela liderança tanto em termos econômicos como culturais, seja ela retratada pela capacidade coercitiva (militar) ou pelo consentimento. No caso da coerção, trata-se de “dominação”, apenas. Já o *hegemon* lidera o sistema de Estados procurando ser o “representante” do interesse geral. Immanuel Wallerstein (2000: 255) entende que hegemonia ocorre quando há um desequilíbrio de forças de tal forma que uma grande potência pode impor seus interesses em nível econômico, político, militar e cultural. Este poder advém da eficiência das empresas na produção agroindustrial, no comércio e no setor financeiro. Desta maneira, o autor pontua que a hegemonia se dá quando há dominância simultânea nas três esferas, referendando sua eficiência. Sob esta situação, as demais nações ficam submissas do ponto de vista político e ideológico, sendo que a imposição ideológica se manifesta, geralmente, pela defesa do liberalismo tanto no comércio como no fluxo de capitais. Um contexto liberal permite ao país hegemônico a ampliação de seus mercados, de forma que suas firmas, que

já obtiveram ganhos de escala advindos de sua acumulação de capital e tecnologia progressas, possam exportar para os demais países ou até mesmo instalar filiais neles, remetendo seus lucros para a matriz. Assim sendo, há oposição às barreiras alfandegárias e às políticas que restringem o livre-comércio.

No que tange à política, o país hegemônico costuma interferir nos processos internos dos outros Estados. Tal estratégia ocorre quando as circunstâncias desses países colidem com o poder, ou seja, a intervenção visa assegurar seus interesses e suas vantagens; há, ainda, a pujança militar. Wallerstein (2000) expõe que antes de serem efetivamente hegemônias, há relutância por parte dos países em desenvolver suas forças militares. Entretanto, à medida que se observa a possibilidade de ocorrer enfraquecimento de forças impositivas no campo político e ideológico, torna-se indeclinável obter poder militar, para enfrentar algum eventual rival. Situação essa que também objetiva intimidar os demais Estados e resulta na estabilidade de sua influência hegemônica. Dado que o período efetivamente hegemônico se dá quando há dominância produtiva nos três setores citados anteriormente, a perda desse poder começa, portanto, quando o setor agroindustrial deixa de ter a mais elevada eficiência produtiva.

Antonio Gramsci (2001; 2004) pontua que a sociedade é um todo orgânico que se explica pela base econômica, mas não é reduzido a este fator. As instituições da sociedade estão interconectadas com a subordinação cultural. Ou seja, sob esta visão, conquistar a hegemonia engloba a noção de representatividade cultural de forma que um grupo se apresenta como aquele que supostamente atende aos interesses e valores de todos, de tal sorte que há consentimento na liderança exercida, envolvendo a todos no mesmo compromisso. Assim, a infraestrutura da vida material apresenta uma simbiose com a superestrutura ideológica, política, cultural e moral (Avila & Salvagni, 2018).

Sob o aspecto da realidade concreta, reverses têm sido enfrentados por Washington neste novo século. Desde o ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono, em 2001, e *causas belli* para a Guerra no Iraque, em 2003, inaugurando o posteriormente o fracassado Projeto para o Novo Século Norte Americano (Arrighi, 2008), assim como a crise financeira que abalou o globo em 2007-2008, ocasionando o que se tem chamado de Novo Normal da economia² e, por fim, a eleição do midiático presidente Donald Trump, em 2016. Todos esses pontos de inflexão na trajetória de poder norte-americano têm contribuído para algum declínio de sua liderança no mundo. Conforme havia sugerido Henry Kissinger (2012: 759), a América do Norte já não estava mais em posição para liderar unilateralmente a agenda global como no início da Guerra Fria, e seu poder para moldar o mundo decrescera.

2. Segundo André Luís Scherer (2015), o novo normal reflete a tese sobre os efeitos do pós-crise 2007-2008, os quais produziram baixo crescimento e lenta recuperação dos países desenvolvidos e o maior crescimento dos países em desenvolvimento liderados pela China. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revista-paranaense/article/view/780>>, acesso em: 03 Ago. 2018.

Em um dos interesses manifestados do governo americano pós-2017, lado a lado com suas ações de política doméstica e externa, constatou-se que a liderança executiva americana virou as costas ao potencial advindo de intercâmbios culturais com outros países, ao instituir a política de tolerância zero contra imigrantes da América Latina, assim como às outras nações que compõem o G-7. José Eustáquio Diniz Alves afirmou que as reuniões multilaterais foram marcadas pelo isolacionismo dos Estados Unidos, na era Trump. Este foi de encontro à tradicional posição estadunidense de integração comercial e liderança nas decisões globais, parecendo querer romper com alianças ocidentais consolidadas desde o pós-Guerra. Na reunião do G-7, ocorrida em 8 e 9 de junho de 2018, no Canadá, os outros seis membros do grupo – França, Reino Unido, Alemanha, Japão, Itália e Canadá – manifestaram insatisfação com a saída dos Estados Unidos da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, do Acordo de Paris e do Acordo Nuclear com o Irã, bem como as críticas de Washington à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e as medidas de enfraquecimento do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). O ex-presidente americano não assinou o comunicado conjunto da cúpula, deixou o encontro mais cedo fazendo críticas ao primeiro-ministro canadense Justin Trudeau, para encontrar-se com o presidente Kim Jon-un, da Coreia do Norte, dias mais tarde.

O processo de integração tanto financeira como comercial, contudo, tem sido o procedimento de desenvolvimento orquestrado pelas nações hegemônicas, e o recente governo Biden, cujo programa econômico difere radicalmente do antecessor, sinaliza que irá retomar essa estratégia, assim como a retomada da participação dos esforços da cúpula do clima (*El País*, 2021). Contudo, esclarecemos que vamos nos ater aos dados obtidos revisão bibliográfica empreendida, que não cobrem o período do corrente ano nem da pandemia do Covid-19.

Ha-Joon Chang (2004) aponta que os países na fronteira tecnológica que obtêm ganhos de competitividade na arena internacional são aqueles que estimulam o processo de integração comercial, já que tendem a ampliar seus mercados. À medida em que esses perdem competitividade, tendem a intensificar práticas protecionistas, ou retomá-las. A Grã-Bretanha foi o país que por mais tempo praticou protecionismo industrial (1721-1846). Quando ganhou competitividade, passou a firmar acordos de livre-comércio com outras nações. Já no período pós Primeira Guerra Mundial, quando o país perdia espaço comercial para os Estados Unidos, a Grã-Bretanha voltou a elevar tarifas alfandegárias. O mesmo aconteceu com os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, quando o país se afirmou como novo *hegemon*. Mais recentemente, com o governo Trump, ao mesmo tempo em que a China ganhava mercados e competitividade internacional, a política externa dos Estados Unidos tornou-se de protecionismo e isolacionismo.

De qualquer modo, também são apontados riscos em relação ao crescimento das vendas de *comodities* para a China, por parte de países latino-americanos, por exemplo. Para Ouriques (2015), os riscos são de reprimarização da economia, já que os países abandonam os seus próprios parques industriais para focarem na produção de produtos primários, demandados para que o processo exponencial de crescimento industrial chinês se concretize. No caso do Cone Sul tal situação poderia configurar um oligopsônio, ou seja, uma situação comercial de apenas um comprador central para vários países fornecedores, o que em um continente tão desigual pode aumentar as desigualdades nacionais e regionais no contexto do mercado mais amplo (Ouriques, 2015).

O Grupo Eurásia, no começo de 2018, publicou os seus *Top Risks* para o ano que se iniciava. A assessoria internacional para assuntos de risco em geopolítica considerou a redefinição de estratégia externa de Pequim *versus* a renúncia ao multilateralismo por parte de Washington como o grande risco mundial do ano, sinalizando que a China havia mudado sua estratégia oficial. O presidente Xi Jinping, à época, já havia consolidado poder interno suficiente para redefinir sua atuação externa aproveitando o momento oportuno em que Trump renunciara ao perfil multilateralista, levando incerteza sobre o protagonismo dos Estados Unidos na Ásia e criando um vácuo de poder que pôde ser preenchido pela China.

Ao antecipar as previsões do Grupo Eurásia, Thomas Friedman havia publicado no jornal *The New York Times*, em março de 2017, artigo apontando que as ações de Donald Trump eram um esforço para fazer a “China grande de novo”. Ele afirmou que ao saírem do Acordo Transpacífico (TTP – sigla em inglês) – negociação para livre comércio entre onze países do Pacífico (40% do PIB mundial) baseado, em grande medida, nos interesses norte-americanos – os Estados Unidos desistiriam de negociar com a China como o líder de um bloco de doze países e com a possibilidade de comercializar segundo seus interesses e valores (Friedmann, 2017).

Em vez disso, Washington incita Pequim a uma guerra comercial, retratada em um artigo de William Engdahl não apenas como uma política de equilíbrio de superávits comerciais, mas antes como sendo uma postura norte-americana de “contenção estratégica” ao modelo chinês de desenvolvimento. Long Guoqiang, vice-presidente do Centro de Pesquisa do Desenvolvimento do Conselho de Estado da China, apontou para essa tendência, afirma o autor, no mesmo artigo (Engdahl, 2018). E toda essa cena ofensiva americana bem poderia lembrar um *chicken game*³, cuja obstinação dos jogadores poderia gerar cenários de perda para todos os envolvidos.

3. Disponível em: <<https://cs.stanford.edu/people/eroberts/courses/soco/projects/1998-99/game-theory/chicken.html>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

4. Segundo tese do cientista político norte-americano Joseph Nye Jr. (2004) *soft power* é “o poder brando” e está em contraposição “ao poder duro”. O primeiro é manifestado pelo poder de atratividade exercido através da cultura, dos valores e das políticas externas legítimas de um país; o outro é obtido através de coerção financeira ou militar.

5. Segundo Carlos Pinent (2015: 85): “os chineses denominam o período que vai aproximadamente de 1845 a 1945 de ‘século da humilhação’. Alguns contam de 1842 a 1943, início e fim dos ‘tratados desiguais’, imposições das potências colonizadoras”. A esse respeito, esclarece Luiz Dario Teixeira Ribeiro (1999: 6): “Com as Guerras do Ópio os vencedores, que eram os europeus, exigiam a abertura da economia chinesa.”

6. Segundo Luiz Fernando de Paula e Elias Jabbour (2016), entre 1980 e 2015, a média de crescimento do PIB real chinês foi de 9,5% a.a., ou seja, por mais de quatro décadas a China logrou um crescimento acima da média internacional. Disponível em <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-china->

Portanto, o século XXI iniciou testemunhando a “transferência do epicentro da economia política global da América do Norte para a Ásia Oriental” (Arrighi, 2008: 13), ocasionando mudanças no peso da balança de poder global e, com isto, um consequente reordenamento da ordem mundial. Segundo Paulo Visentini (1998: 8), o sistema internacional marcado, a partir anos de 1990, pela “globalização”, formação de blocos regionais e pelo reordenamento político internacional sinalizou uma fase de transição que ensejou a emergência da Ásia Oriental e, principalmente, da China como polo desafiante à hegemonia anglo-saxônica.

Enquanto nos Estados Unidos, recentemente, foram tomadas medidas de protecionismo, de aplicação de leis de cunho xenofóbico que fortaleceram o *hard power* (ou coercitivo) dos Estados Unidos, a composição de um *soft power*⁴ praticado pela China, segundo a concepção de Joseph Nye Jr. (2004: 5-6) – aquele que causa atração, admiração e aspiração ao seu nível de prosperidade –, tem sido a política observável na atuação externa chinesa. Tal inflexão estaria modificando a visão sobre a China no panorama global.

Em 1999, a *Folha da História* publicou discussões referentes ao cinquentenário da Revolução Chinesa. Naquela edição, o professor de história contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luiz Dario Teixeira Ribeiro (1999), retratou a representação que se tinha sobre a China até meados da década de 1960: de um país atrasado composto pelos “amarelos” e que tinha sido obrigado a abrir suas portas à modernidade da Civilização Ocidental, imagem esta que muitos ainda guardavam em suas memórias até aqueles dias.

Ao percorrer o caminho da re-emergência chinesa desde o século da humilhação causada pelos tratados desiguais⁵, passando pelo fracasso do Grande Passo Adiante de Mao Tse-tung, a China chegou à sua abertura econômica, em 1978, e atualmente tem sua imagem consolidada de grande potência econômica, política, militar, detentora de conhecimentos científicos e tecnológicos e com crescimento acima da média internacional⁶. Isso foi atestado pelas palavras do administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2017, Achim Steiner, em declarações feitas ao site de notícias chinês *Xinhua*: ele classificou o avanço da China como um acontecimento sem precedentes na história.

A Nova Rota da Seda, ou oficialmente, Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do século XXI, relança a ideia da antiga Rota da Seda, retratada pelo historiador Joshua Mark (2018) como antiga rede de rotas comerciais iniciada na Dinastia Han, desde 130 a.C. e que existiu até o ano de 1453, quando o Império Otomano decidiu boicotar o comércio e fechar as rotas comerciais. Apesar de ter

sido vivenciada e descrita pelo explorador Marco Polo (1254-1324) em seu *O livro das maravilhas*, o nome “Rota da Seda” foi cunhado pelo geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen, em 1877, que, como Marco Polo, fizera menções aos artigos que eram transportados entre o Oriente e o Ocidente: do Oriente, sedas, chás, corantes, pedras preciosas, porcelanas, medicamentos; e do Ocidente: cavalos, selas e outros artigos de equitação, uvas, animais domésticos e exóticos, peles de animais, têxteis, mel, frutas, camelos, ouro, prata, armas e escravos⁷.

e-seu-catching-up.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

7. Disponível em: <https://ancient.eu/Silk_Road/SilkRoad>. Acesso em: 19 Ago. 2018.

Simbolicamente renovada através da iniciativa chinesa, o megaprojeto teve a proposta de promover, com seus parceiros, a prática dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica lançados em 1955, na Conferência de Bandung, pelo então primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, que são: *i.* respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, *ii.* não agressão mútua, *iii.* não interferência nos assuntos internos de cada país, *iv.* igualdade e benefício recíprocos e *v.* coexistência pacífica (Pecequillo & Forner, 2017). Além disso, a China, através do Cinturão (rota terrestre do projeto) e da Rota (parte marítima), ressuscita Mackinder e Mahan ao revisitar as concepções geopolíticas clássicas sobre poder marítimo e poder terrestre (Carmona, 2017).

O almirante norte-americano Alfred Mahan, em 1900, defendia que mares e oceanos eram espaços “sociais e políticos” e que uma marinha mercante impunha a necessidade de ser resguardada por uma marinha de guerra, considerando que quanto maior fosse o afluxo, pelos mares, de comércio de um país, tanto mais lhe aumentariam as chances de se chocar com interesses de nações hostis em pontos distantes do globo. Desta forma, Mahan afirmava que a instalação e a manutenção de uma rede de “pontos de apoio” ao longo de regiões costeiras e estratégicas, além de um comércio marítimo e de um poder naval, resultariam no poder marítimo de um país. Acredita-se que a China, através da Rota, busque promover condições para criar tais pontos de apoio e vias livres de navegação que desviem seu tráfego marítimo de estreitos de estrangulamento e do controle militar, com vistas a expandir seu sistema de rotas comerciais (Carmona, 2017; Thiery & Da Costa, 2016; Vizontini, 1998).

O britânico Halford John Mackinder (1907), diferentemente de Mahan, enfatizava sua teoria no poder terrestre. O *heartland*, que correspondia à parte central da Eurásia, segundo sua tese, demonstrava grande capacidade de mobilidade em todas as direções e cujas áreas marginais permitiriam saída para o mar e fácil acesso à navegação e às ferrovias transcontinentais. Desta forma, o país que controlasse o *heartland* poderia controlar a ilha mundial e, com isso, dominar o mundo. Pequim, com seu Cinturão, pretendeu interligar o litoral chinês ao litoral europeu com passagem pelo “*heartland* mackinderiano” apontando para a intenção de ser liderança ativa na Eurásia (Carmona, 2017; Thiery & Da Costa, 2016; Vizontini, 1998).

A Rota da Seda do século XXI, ao trazer o espírito da mítica Rota da Seda para contemporaneidade, intende promover, entre os Estados parceiros, os cinco fatores de conectividade, que são: comunicação política, conectividade de infraestrutura, comércio desimpedido, circulação monetária e entendimento entre pessoas (Pautasso & Ungaretti, 2017: 30) através de três rotas terrestres e duas rotas marítimas:

Em relação ao *Cinturão Econômico* continental, ressaltam-se três rotas conectando: a) China e Europa através da Ásia Central e da Rússia; b) China e Oriente Médio através da Ásia Central; c) China, Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico. No que diz respeito à Rota da Seda Marítima, são duas as rotas integrando: d) China e Europa através do Mar do Sul da China e Oceano Índico; e) China, Pacífico Sul e o Mar do Sul da China (Pautasso & Ungaretti, 2017: 29).

A agenda positiva da China para integração e desenvolvimento, entretanto, não dá mostras de ficar restrita somente à Eurásia e África. No X Encontro de Cúpula do Brics, ocorrida na África do Sul nos dias 25 e 27 de julho de 2018, o presidente chinês Xi Jinping insistiu que Brasil e China discutissem sobre “a sinergia da Iniciativa Cinturão e Rota com as estratégias de desenvolvimento do Brasil” (tradução própria)⁸. Isso aponta para que o mundo esteja mais atento à assertividade das iniciativas chinesas em âmbito global. No caminho de um maior aproveitamento das oportunidades, deve-se conhecer, com mais profundidade, a história milenar do Império do Meio. “A China e o mundo precisam se conhecer melhor”, exortava o presidente Xi Jinping (2014: 5) naquele momento.

É essa uma das propostas do Presidente Xi Jinping expressa em seu livro *A governança da China*, publicado em 2014, que busca expressar o direcionamento político chinês contemporâneo, desta vez sob a ótica de um cidadão chinês, o tomador de decisões mais elevado do país, que “tem dirigido todo o Partido e o povo [...] para enfrentar as dificuldades e os desafios e lutar incansavelmente para concretizar o sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa” (Xi, 2014, “Nota do editor”).

Apesar de contendas a serem solucionadas em relação a Taiwan e à sua expansão no Mar do Sul da China, como também lembrava Theotonio dos Santos⁹, que a China tem questões pendentes com o Japão, a Índia e a Rússia, ao implementar tal projeto. Pequim tenta superar desagравos e atrair aliados quando sinaliza investir na reestruturação dos países signatários do projeto. Ao mesmo tempo, avança em sua estratégia de poder na Eurásia que lhe poderá trazer maior securitização para as rotas de exportação de seus produtos e de importação do petróleo e gás natural que sustentam seu parque industrial.

8. Disponível em: <<https://eng.yidaiyilu.gov.cn>>. Acesso em: 27 Jul. 2018.

9. Theotonio dos Santos fez a apresentação do livro *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*, de Giovanni Arrighi (2008: 11).

As múltiplas dimensões da Nova Rota da Seda

O antigo caminho comercial da Rota da Seda, que ligava o Oriente ao Ocidente em tempos remotos, fazia circular pessoas, especiarias, cultura, filosofia, arte e religião e foi referido em trabalhos científicos das mais diversas áreas – história, educação, direito, saúde, engenharia, turismo, patrimônio cultural, gastronomia, teatro, biblioteconomia, comércio, globalização e tecnologia da informação. Portanto, a referência que esses textos fizeram à intensa circulação das caravanas entre os séculos II a.C. e XV d.C. revisitam o conceito da integração entre povos e foi retomado nos textos sobre a sua nova versão, pois se entende que grande parte da humanidade ainda carrega o mítico anseio de transpor fronteiras e de se universalizar. Sandro Mendonça (2016: 124) afirma que a “Rota da Seda é um conceito que vive desafiando o tempo e o espaço”.

A ideia de uma nova alternativa de integração regional foi amplamente comunicada, a partir de 2013, pelo Presidente Xi Jinping. Todavia, de acordo com Marcos Costa Lima e equipe (2016: 70), o megaprojeto já estava nos planos chineses antes de sua chegada ao poder. O mandatário anterior, Hu Jintao (2003-2013), já demonstrava uma postura favorável à abertura em relação às políticas externas que pudesse criar condições para a realização desse empreendimento.

Nos diversos artigos e trabalhos acadêmicos consultados, há temas mais recorrentes e que nos levaram a construir um quadro no qual Pequim parece consolidar sua legitimidade interna, seu ativismo financeiro e sua liderança política cada vez mais ativa e altiva na ordem mundial, conforme Quadro 1.

Os textos analisados procuram também demonstrar a magnitude do projeto, que tem uma face voltada para a internacionalização da China, através de apoio financeiro aos países signatários, e outra dirigida para a integração doméstica, tentando suavizar desequilíbrios entre as regiões costeiras e as do interior, ao mesmo tempo em que quer combater “os três males: o separatismo, o terrorismo e o extremismo” (Brites & Jaeger, 2015: 12). Conforme Lima e equipe (2016: 71), esses problemas, que estão na pauta de Pequim, são mais observados em Xinjiang, região localizada no extremo oeste da China. Essa província, que faz parte da Nova Rota da Seda, liga a cidade chinesa de Kashgar ao estratégico porto paquistanês de Gwadar conectados através da rodovia Karakorum (Khan, 2013). Xinjiang e Balochistão (onde se localiza Gwadar) são duas partes sensíveis do projeto, pois suas populações são predominantemente islâmicas, separatistas e opostas às diretrizes de seus governos centrais.

QUADRO 1
ELEMENTOS MAIS RECORRENTES
NOS TEXTOS COLETADOS SOBRE A NOVA RODA DA SEDA

Categoria	Temas majoritariamente referidos
Projeção econômica	A fundação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, entre outras instituições financeiras, bem como a internacionalização do <i>Renminbi</i> podem levar à criação de uma nova arquitetura financeira mundial liderada pela China.
Exportação de investimentos em infraestrutura	Os investimentos chineses em construção e revitalização de estradas, ferrovias, portos, oleodutos e gasodutos conectando países participantes da Nova Rota da Seda contribuem para a expansão do poder terrestre chinês na Eurásia, retomando a tese de Mackinder referida anteriormente.
Impulso de securitização	Através da Nova Rota da Seda, a China pretende reafirmar mecanismos para a ampliação de sua securitização financeira, energética, territorial, logística, militar, alimentar e das linhas de comunicação marítimas.
Mar do Sul da China	O Mar do Sul é um espaço territorial disputado por diversos países, pois possui ilhas ricas em hidrocarbonetos que, para além do seu potencial de fornecimento energético, são pontos de extrema importância para a marinha naval e mercante chinesa. A criação de pontos de apoio para reparação e reabastecimento de navios será repetida em outros pontos estratégicos da Nova Rota da Seda e revisita a teoria de Alfred Mahan, citada acima neste texto.
Protagonismo da OCX	A Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) contribui para a consolidação da Nova Rota da Seda, pois atua como importante fórum para a resolução de problemas concernentes ao terrorismo, separatismo e fundamentalismo assim como para a diversificação de fornecimento de recursos energéticos para a China, cujos produtores são Rússia e países da Ásia Central (Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) os quais fazem parte da OCX.
Papel conciliador na Asean+3	A Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean+3) promove um ambiente para a tentativa de consenso sobre problemas advindos de disputas do Mar do Sul da China e atuações contra pirataria. Desta forma, a ASEAN+3 passa a contribuir com o Cinturão (parte marítima da Nova Rota da Seda) ao tentar mitigar tensões territoriais entre os países membros.
A realização do “sonho chinês”	A realização do sonho chinês é uma narrativa poderosa que ajuda a legitimar as ações do governo chinês na direção de fazer da China uma nação rica até 2049 (centenário da proclamação da República Comunista da China) e o sucesso da Nova Rota da Seda faz parte do roteiro de Pequim para atingir seus objetivos.
Consolidação da figura de Xi Jinping como o promotor da Nova Rota da Seda	O presidente Xi é amplamente retratado como o porta-voz do projeto e ator responsável por lançá-lo publicamente, em 2013. Desde então, tem logrado obter o apoio de mais de 100 países e instituições e a assinatura de acordos de cooperação com mais de 40 países.

Fonte: elaboração própria com base na coleta de dados secundários (2018).

10. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) é especializado em financiamento de projetos de investimento, focado principalmente nos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas também pode contemplar países fora desse agrupamento. A ordem de capital subscrito é de US\$ 50 bilhões e possui um capital autorizado de US\$ 100 bilhões. (Pautasso, 2015: 4). Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/15017>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

11. De acordo com Renato Baumann (2016: 40), a fundação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) contou com a participação de 50 países, incluindo o Brasil. Com sede em Pequim, a instituição teve seu capital inicial de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões foram integralizados e US\$ 80 bilhões de chamada de capital. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6052>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

Outro elemento que contribui para descrever a República Popular da China contemporânea é também sua notável projeção econômica, ocorrida principalmente a partir da segunda década do novo século. Segundo Diego Pautasso (2015: 12), em 2004, o país não tinha nenhum banco elencado no rol dos mais importantes do mundo e em menos de uma década, em 2013, já possuía quatro dos maiores – o Industrial and Commercial Bank of China, o China Construction Bank, o Bank of China e o Agricultural Bank of China – sem esquecer que Pequim teve participação ativa na criação do China-Africa Development Bank, no Novo Banco de Desenvolvimento do Brics (NBD)¹⁰ e, em 2014, no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)¹¹, financiando grandiosos projetos de infraestrutura em telecomunicações,

energia, transporte (Mendonça, 2016: 124). O AIIB, o NBD e a Nova Rota da Seda, portanto, expressam a vocação chinesa para o multilateralismo e para a criação de uma nova governança financeira mundial, levando a diminuir a aderência de muitos países ao arcabouço institucional da ONU, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, conforme analisa Renan Holanda Montenegro (2015: 264).

Na esteira da internacionalização de sua economia, além das iniciativas antes referidas, Pequim também aposta na projeção mundial de sua moeda, o Renminbi (人民幣). Com a evolução das estratégias de sua internacionalização, Lyu Wenwen (2017) destaca que a “moeda do povo” está cada vez mais sendo usada em transações financeiras e investimentos, e ainda como reserva nos bancos centrais de outros países, contribuindo para que a China, de forma gradual, diminua sua dependência do dólar norte-americano. No intuito de internacionalizar sua moeda, a China tem efetuado acordos de trocas em moedas locais, sem a utilização do dólar. Atualmente o país faz trocas em moeda local com o Brasil, a Rússia, a Índia, a África do Sul, a Coreia do Sul, a Indonésia, a Malásia, a Argentina, Singapura, Tailândia, Paquistão, Turquia, Austrália, Canadá, Chile, Catar, Suíça, Angola, Gana, Nigéria, Maurícias, Zimbábue, dentre outros (Wenwen, 2017). O mesmo autor acrescenta que apenas a partir de um profundo processo de reforma de seu mercado financeiro, ainda fortemente regulado pelo poder estatal, talvez o Renminbi pudesse se tornar a moeda principal de reserva, passando a ser utilizada como fator de favorecimento dos interesses nacionais. Ainda nas palavras de Wenwen (2017), o AIIB, o NBD e o Fundo da Nova Rota da Seda¹² são atores importantes com vistas a aprofundar a possibilidade de cooperação financeira internacional através da emissão de títulos denominados em Renminbi pelos países participantes da iniciativa.

A China, todavia, está atenta às pressões vindas de fora. Após a crise financeira de 2007-2008 – que abalou mercados, desafiou a estabilidade do sistema econômico internacional e a validade da globalização –, Pequim apostou na estratégia de *soft power* através de projetos de construção e revitalização de estradas, ferrovias, portos, oleodutos e gasodutos em outros países. Nesta coleta de dados, 42 trabalhos identificam a exportação de investimentos chineses no exterior como atuação relevante da China e muitos a pontuam, por outro lado, como alternativa para o país alavancar sua economia quando os mercados mundiais passaram a dar mostras de retração de consumo. Fernanda Ilhéu (2017: 38) lembra que, no Fórum de Davos de 2017, o presidente Xi Jinping havia declarado que a China deveria continuar comprometida com o “desenvolvimento do comércio livre global”. À época, ele identificou dois problemas: o primeiro relacionado à contínua lentidão da economia global e a crescente diferença entre países ricos e pobres. Em seu discurso, também apontou três causas para esse quadro: ausência de forças propulsoras para o cres-

12. Segundo André Luís Scherer (2015: 44), para o financiamento da Nova Rota da Seda, haverá a criação de um fundo suplementar de US\$ 40 bilhões destinados a complementar os recursos do AIIB.

13. Paulo Duarte (2017: 45), doutor pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e investigador na Cheng-chi University, Taipé – citando B. Buzan, O. Waever, O. E. J. Wilde, (1998) – pontua que “securitizar” é um termo utilizado pela Escola de Copenhague que significa elevar determinado assunto da esfera da política normal ao da alta política (*high politics*). Isto acontece quando uma matéria considerada como ameaça e que é sensível aos interesses de um país (questões de segurança energética, alimentar, disputas por soberania territorial etc., consideradas do domínio da alta política) determina que se recorra a políticas dotadas de contornos de exceção (que podem ou não envolver o uso da força militar) ou de caráter temporário na direção de sua dessecuritização, devolvendo a matéria à esfera da política normal. Disponível em: <http://www.anrs.pt/documentation/OrienteOccidente_PauloDuarte.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

14. Segundo Daniel Vázquez e Marcos Vinícius Fernandes (2016: 128), o termo “colar de pérolas” foi cunhado pelo

cimento global, a inadequada governança econômica global e o desenvolvimento global assimétrico.

É importante salientar o que afirmaram Wang (2015) e Griffith-Jones (2014), citados por Baumann (2016: 39), sobre a estimativa referente à carência de recursos dos países em desenvolvimento para financiamento em infraestrutura: esta necessidade é da ordem de US\$ 2 trilhões anuais, sendo que as instituições multilaterais gestadas no Acordo de Bretton Woods têm capacidade para proporcionar apenas US\$ 1 trilhão anual. Com a bandeira da recriação da Rota da Seda, respaldada por seu sistema bancário, os chineses intendem, pois, entrecruzar interesses de expansão de seus mercados, escoamento de sua capacidade industrial excedente, exportação de seus produtos e serviços ao mesmo tempo em que aumentam sua área de influência no mundo, promovendo o desenvolvimento e a geração de empregos às populações dos países envolvidos (Delgado & Febraro, 2017: 13).

Em complementação a esse projeto de desenvolvimento, existem diversas formas de securitização¹³ empreendidas pelo país – energética, financeira, territorial, logística, comercial, militar e alimentar, bem como das linhas de comunicação marítima através da formação de um “colar de pérolas”¹⁴. Isso converge para a ideia de um comportamento *Chronos*: uma civilização que se tornou um Estado e que acumula larga experiência em lidar com adversidades externas (Romana, 2016: 21). Tributário de pensadores como Confúcio¹⁵ e Sun Tzu¹⁶, o Império do Meio esforça-se pela unidade interna e pela exploração dos potenciais externos em seu favor, importantes ações securitárias para a manutenção de sua longa existência. A Nova Rota da Seda é uma iniciativa para securitizar a China em várias direções: através da potencialização de suas conexões comerciais (ampliação de mercados para exportação), da diversificação de fornecimento de recursos energéticos e alimentar (a partir do aperfeiçoamento das redes logísticas terrestres e marítimas), securitização militar através da atuação da China Ocean Shipping Company (Cosco) no exterior, dando acesso à Marinha do Exército Popular da China (Plan) a portos por todo o mundo, tornado desnecessária a criação de bases navais permanentes (Duarte, 2017: 48).

Em relação ao multilateralismo – uma das marcas da narrativa da República Popular da China –, há dois fóruns que apresentam importância para a condução das questões sensíveis à Ásia e, portanto, passam a servir de apoio à concretização da Nova Rota da Seda: a OCX e a Asean. A OCX foi fundada em 15 de junho de 2001, na cidade chinesa de Xangai, por China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão que, desde então, têm se empenhado pelo fortalecimento dos países membros e “pela cooperação nas áreas de política, economia, ciência e tecnologia, cultura, educação, energia, transporte e estabilidade na região e a promoção de

uma nova ordem internacional e econômica mais democrática, justa e racional” (Jinping, 2014: 349-350).

Erik Ribeiro (2015: 1) analisa os efeitos securitários da inclusão da Índia e do Paquistão na OCX. O estrategista argumenta que a inclusão desses países promove a integração regional, mas também traz complexidade à organização na tentativa de promover a distensão entre eles, que, periodicamente, se encontram mergulhados em crises. Cabe ressaltar, portanto, que é do interesse chinês que haja um ambiente pacífico no âmbito de atuação da OCX. Isso significa, também, criar um clima menos propício à insurgência de algumas de suas regiões, a já citada Xinjiang e o Tibete, que convivem com movimentos separatistas (Brites & Jaeger, 2015). Por fim, há outra importante razão estratégica para o fortalecimento da OCX: a Rússia. Este país tem sofrido fortes sanções dos Estados Unidos, da União Europeia e aliados após a forçada anexação da Crimeia aos seus territórios, em 2014. Para Jorge Almeida (2015: 6-7), 17 acordos foram assinados entre Moscou e Pequim para a construção de sete gasodutos entre os dois países e foi acertada a compra de US\$ 400 bilhões de gás russo pela China durante 30 anos. Além disso, a China passou a votar a favor da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas para mitigar as sanções advindas da coalização americana, o que, o autor conclui, acabou consolidando dois poderosos aliados na região.

O interesse dos pesquisadores consultados sobre a Asean é igualmente relevante. A Associação de Nações do Sudeste Asiático foi criada em 1967 pela Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja e, em 1997, surge a Asean+3 com a integração de novos membros – China, Coreia do Sul e Japão. A Asean, assim como a OCX, também trabalha com questões sensíveis para serem resolvidas. Uma delas, provavelmente a principal, refere-se aos litígios territoriais envolvendo a China e os países da zona ribeirinha ao Mar do Sul da China. O recife de Scarborough é disputado também pelas Filipinas; e as ilhas Paracel são disputadas pelo Vietnã; e as Spratly, além da China, são motivo de contendas entre o Vietnã, a Malásia, Brunei, Taiwan e Filipinas. É também nessa área que se localiza o Estreito de Malaca¹⁷ e por onde transitam US\$ 5 trilhões em comércio a cada ano, fazendo da região motivo de desavenças entre alguns países da Asean e Taiwan e, por consequência, um significativo ponto de tensão (Al Jazeera, 2016, tradução própria)¹⁸. Cristina Pecequillo e Clarissa Forner (2017: 136), contudo, advertem que excetuando a “Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China”, de 2002, a partir da qual a República Popular da China e os outros membros se comprometem a encaminhar soluções pacíficas para as questões sensíveis relativas ao Mar do Sul da China, a Asean tem logrado efetividade limitada na criação de consensos. Apesar disso, argumenta-se que a OCX e a Asean desempenham papéis importan-

Departamento de Defesa dos Estados Unidos em documento intitulado “Energy futures in Asia”, no qual o tenente-coronel Pehrson descrevia o “colar de pérolas” como “a manifestação da crescente influência geopolítica chinesa através de seus esforços para incrementar o acesso a portos e aeroportos, desenvolver relações diplomáticas especiais e modernizar as forças militares que se estendem desde o Mar do Sul, da China, através do estreito da Malaca e do Oceano Índico, em direção ao Golfo Pérsico”. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/92/91>>. Acesso em: 15 Out. 2018.

15. Confúcio (551-479 a.C.) é considerado o maior pensador da civilização chinesa até os dias atuais. Sua doutrina foi reunida, após sua morte, em um livro chamado “Analectos” e esquematiza um modelo social “ideal” baseado, em grande medida, na proposta da meritocracia para a ascensão da vida política e social (Pinet, 2015: 44-45).

16. Não há registros históricos sobre a existência do filósofo

Sun Tzu. Acredita-se que tenha nascido em Ch'i, atualmente a província de Shandong, na China, e que tenha vivido por volta de 544 e 496 a.C. Disponível em: <http://pt.chinainfoguide.info/blog-china_2016-04-10-three-kingdoms.html>. Acesso em: 18 Out. 2018.

17. O estreito de Málaca liga o Oceano Índico ao Mar do Sul da China. Apesar de ser uma região com um dos mais densos tráfegos marítimos do mundo, é considerada problemática por sua baixa profundidade e sua extrema estreiteza, configurando um “ponto de estrangulamento” (*chocke point*). Adicionados a isso, a pirataria e os incêndios florestais em Sumatra (Indonésia), também frequentes, reduzem a visibilidade dos navios (Vázquez & Fernandes, 2016: 146). Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/92/91>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

18. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/09/south-china-sea-row-tops-asean-summit-agenda-160908052213165.html>>. Acesso em: 16 out. 2018.

tes para Pequim, pois tanto o Mar do Sul da China como a região separatista do Xinjiang se configuram como pontos de atenção para o sucesso da Nova Rota da Seda ao mesmo tempo em que são zonas estratégicas para a conformação do domínio terrestre e marítimo chinês.

Os tomadores de decisão da República Popular da China têm criado condições materiais para o crescimento doméstico e para a alavancagem de países da Eurásia e África que aderiram às suas iniciativas. A projeção do poder da China, que tem ocorrido de forma gradual, também é reforçada por um importante elemento: um governo obstinado em seu desenvolvimento e na realização do “sonho chinês” (*zhongguo meng* 中國夢). Essa ideia resume uma série de conquistas nacionais e internacionais necessárias para o “grande rejuvenescimento nacional” com o objetivo de “transformar a China em uma nação rica e forte em 2049”, quando a República Popular da China completará 100 anos de sua proclamação (Nogueira & Hendler, 2016: 211-212).

O Presidente Xi Jinping aparece como o eloquente comunicador desse “sonho chinês”, e é bastante citado nos textos consultados no âmbito desta pesquisa. Presidente da China desde 2013, diferentemente dos seus antecessores, “Xi recebeu todos os cargos – incluindo as comissões militares do partido e do Estado – de uma só vez” (Silva, 2015: 56) outorgando a ele grande poder. Para além de seu carisma político, Xi é, majoritariamente, retratado como aquele que comunica as ações de governo, que anuncia os novos investimentos e projetos e, principalmente, a Nova Rota da Seda, que está fortemente relacionada ao seu discurso e à construção do *soft power*. Beatriz Bissio (2017: 539), refere-se ao presidente Xi como aquele que lançou “o ambicioso projeto Um Cinturão, Uma Estrada” seis meses após sua posse, em 2013. Para Pedro Vinícius Brites e Bruna Jaeger (2015: 98) ele “representa uma inflexão na inserção externa do país”, que após 2008, necessitou de “um perfil mais ativo na região.” Angang Hu (2015) acrescenta que o presidente denomina a nova era de crescimento da China de “novo normal”, uma fase de reequilíbrio, de diversificação da economia até alcançar um nível mais sustentável e de distribuição de riqueza mais uniforme.

Segundo o jornal espanhol *Expansión*, especializado em notícias de cunho econômico, o governo chinês, até maio de 2017, já havia investido na Nova Rota da Seda US\$ 1,62 bilhão, com planos de direcionar mais US\$ 2,3 bilhões anualmente pelos dez anos subsequentes. À época, mais de 100 países e organizações internacionais já haviam apoiado o projeto e mais de 40 já tinham oficializado a cooperação através de acordos de cooperação¹⁹. Adverte, porém, Ricardo Lopes Kotz (2017: 12) que as incertezas sobre o sucesso da iniciativa se assentam, sobretudo, na abrangência

internacional do projeto, que demandará muito investimento por parte da China e articulação entre países, sem mencionar os atores regionais e extrarregionais que possam considerar o sucesso do projeto como uma ameaça ao equilíbrio de balança de poder mundial.

Considerações finais

A China não parece querer recuar ante nenhum pretexto. Ao contrário: mostra-se cada vez mais disposta a realizar a “reforma do sistema de governança global” e “possui um roteiro claro” para isso, declarou Kevin Rudd (ex-primeiro-ministro da Austrália e presidente da Asian Society Policy Institute)²⁰.

Pretendeu-se, neste artigo, identificar o que a literatura apontava como principais questões e desafios diante do crescimento da China como ator global, quais os atributos de desenvolvimento expressados através da Nova Rota da Seda e de seu papel para a expansão de poder geopolítico da China. Identificamos que faz parte do quadro dessa projeção hegemônica o seu ativismo financeiro, notadamente através do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e do Fundo da Nova Rota da Seda, que se propõem o financiamento de projetos de infraestrutura nos países signatários e o estímulo à sua conectividade, cujo sucesso poderá dar condições à internacionalização do Renminbi. Esse impulso de dinamizar sua economia e o seu comércio com outros países por meio de melhorias logísticas (marítimas e terrestres) vai ao encontro do anseio por securitização em vários setores e por condições mais favoráveis para o escoamento de sua produção industrial.

Para além da proposta de uma agenda mais positiva para a Eurásia e África, que é legítima enquanto alternativa à globalização neoliberal, entende-se que a China passa a ser tributária ao carisma de seu presidente e da condução assertiva de suas decisões para a concretização da Nova Rota da Seda e, nessa direção, a OCX e a Asean+3 podem atuar como importantes fóruns multilaterais para a tomada de decisões consensuais entre os países membros, consolidando o protagonismo de Pequim e a integração regional.

Testemunha-se um tempo de intensas transformações no tabuleiro global, que tem colocado recentemente frente a frente China e Estados Unidos, em um embate comercial com proporções ainda incalculáveis para a economia internacional e para as populações dos países envolvidos. Sugere-se que deveriam ser mais frequentes os debates sobre os efeitos da expansão econômica chinesa no mundo, cujas discussões são essenciais para a compreensão do teatro geopolítico deste século XXI. Tais debates acabam ficando mais restritos aos meios acadêmicos e aos órgãos

19. Disponível em: <<http://www.expansion.com/economia/2017/05/13/5917499d22601d85728b45bd.html>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

20. , Kevin Rudd, “A ordem mundial está em transição, e a China tem roteiro claro”, *Folha de S. Paulo*, “Mundo”, 18 Jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/ordem-mundial-esta-em-transicao-e-china-tem-roteiro-claro.shtml>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

governamentais, que concentram especialistas em diplomacia e profissionais que lidam com negócios internacionais. Neste sentido, é necessário refletir sobre as ações dos principais atores políticos mundiais e, especialmente com membros do Brics, avaliando a pertinência de sua integração em um futuro corredor comercial no âmbito de uma possível Nova Rota da Seda Global.

Uma das limitações do estudo é abranger um período de revisão anterior à pandemia, e assumimos agora o desafio de realizar mais uma pesquisa bibliográfica a partir da extensa produção que se desenrolou nos anos de 2020 e 2021, com a pandemia de Covid-19, que iniciou na China, e o quadro de crise/emergência global a partir desse novo enquadramento. Um novo trabalho deve suceder a este, retomando e atualizando a análise, a partir da pandemia, do final do governo Trump e dos intensos acontecimentos do último período de um ano e meio.

Este estudo, em seu foco central, revisitou a história da nação que logra ser uma das mais longevas do planeta e procurou ser a uma apreciação mais atenta ao anseio chinês por mudanças, que tem se traduzido, desde sua abertura em 1978, no sucesso de suas reformas e em um dinamismo sem precedentes que afeta todo o globo (Arrighi, 2008). Essa mudança bem poderia ser simbolizada pela Esfinge na porta cidade de Tebas a desafiar os entrantes: decifra-me ou te devoro. Na atualidade, sua voz ecoa nos cinco cantos do mundo e encara a comunidade internacional que, para alguns observadores, agora apresenta traços orientais.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. South China Sea Tops ASEAN Summit Agenda, 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/09/south-china-sea-row-tops-asean-summit-agenda-160908052213165.html>>. Acesso em: 16 Out. 2018.

ALMEIDA, Jorge. VIII Colóquio Internacional Marx e Engels do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Unicamp, 14 e 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Jorge%20Almeida.pdf>. Acesso em: 11 Ago. 2018.

AVILA, Róber Iturriet; SALVAGNI, Julice. Hegemonia, crise econômica e política: a dinâmica dos ciclos do capitalismo. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, v. 14, p. 29-50, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BAUMANN, Renato. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? *Radar*, v. 43, Fev. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6052>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENEDITO, Inma. *La Ruta de la Seda: un "Plan Marshall" para impulsar a China*, 2017. Disponível em: <<http://www.expansion.com/economia/2017/05/13/5917499d22601d85728b45bd.html>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

BISSIO, Beatriz. Novos cenários geopolíticos: a aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 9, n. 3, p. 532-553, 2017. Disponível em: <<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/163>>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

BREMMER, Ian; KUPCHAN, Cliff. Eurasia Group – Top Risks 2018. Disponível em: <https://www.eurasiagroup.net/files/upload/Top_Risks_2018_Report.pdf>. Acesso em: 24 Ago. 2018.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira; JAEGER, Bruna Coelho. Infraestrutura na República Popular da China: impactos sobre a Defesa e a Segurança nacional e regional. I Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/BRITES-JAEGER-Infraestrutura-na-Rep%C3%BAblica-Popular-da-China_Seguranca-e-Defesa.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

BRITES, Pedro; JAEGER, Bruna Coelho. A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e os desafios à governança financeira global. *Conjuntura Austral*, v. 7, n. 33-34, Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/59557>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

CARMONA, Ronaldo Gomes. *Poder nacional e grande estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHICKEN (game). Disponível em: <<https://cs.stanford.edu/people/eroberts/courses/soco/projects/1998-99/game-theory/chicken.html>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. Cronos: China e as suas questões de segurança energética. *FGV Energia*, “Caderno Opinião”, Ago. 2017. Disponível em: <https://biblioteca_digital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19277/Cronos_Seguran%C7_Energ%C3%A9tica2.pdf>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

DUARTE, Paulo. A Nova Rota da Seda: A convergência da terra e do mar na re-emergência da China. *Revista Oriente Ocidente*, n. 34, II Série, 2017. Disponível em: <<http://www.anrs.pt/documentation/OrienteOcidentePauloDuarte.pdf>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

DIKÖTTER, Frank. *A grande fome de Mao: a história a catástrofe mais devastadora da China, 1958-1962*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

EL PAÍS. 100 dias de Biden, uma profunda mudança de rumo nos Estados Unidos, 26 Abr. 2021, Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-26/100-dias-de-biden-uma-profunda-mudanca-de-rumo-nos-estados-unidos.html>>.

ENGDAHL, William F. Guerras comerciais dos Estados Unidos contra a China: o que realmente está em disputa. *Duplo Expresso*, 03 Set. 2018. Disponível em: <<https://duploexpresso.com/?p=98296>>. Acesso em: 08 set. 2018.

FOLHA DA HISTÓRIA. 50 anos e Revolução chinesa. *Folha da História*, Ano IV, n. 31, Nov. 1999.

FRIEDMANN, Thomas L. Trump is a chinese agente. *The New York Times*, “Opinion”, 29 Mar. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/29/opinion/trump-is-a-chinese-agent.html>>. Acesso em: 19 Ago. 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HU, Angang. Embracing China’s “New Normal”: why the economy is still on track. *Foreign Affairs*, Maio-Jun. 2015 Issue. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/embracing-chinasnew-normal>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

ILHÉU, Fernanda. A Nova Rota da Seda marítima do século XXI: os países de língua portuguesa na cadeia de valor global da China. *Revista Oriente Ocidente*, n. 34, II Série, 2017. Disponível em: <<http://www.anrs.pt/documentation/OrienteOcidente-Fernandallh%C3%A9u.pdf>>. Acesso em: 6 Ago. 2018.

JINPING, Xi. *A governança da China*. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.

KHAN, Shabir Ahmad. Geo-economic imperatives of Gwadar sea port and Kashgar economic zone for Pakistan and China. *IPRI Journal*, Ano XIII, n. 2, p. 87-100, Summer 2013. Disponível em: <<http://www.ipripak.org/wp-content/uploads/2014/02/art5sha.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTZ, Ricardo Lopes. *A Nova Rota da Seda: a fundamentação geopolítica e as consequências estratégicas do projeto chinês*. Brasil: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2017. Disponível em: <http://www.erabedsul2017.abedef.org/resources/anais/8/1503106874_ARQUIVO_ArtigoERABEDSUL-RicardoKOTZ.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

LEE, Ching Kwan. *The specter of global China: Politics, labor, and foreign investment in Africa*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2017.

LIMA, Marcos Costa et al. Nova rota da seda e a ascensão pacífica chinesa. *Século XXI*, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/136>>. Acesso em: 05 Ago. 2018.

MARK, Joshua J. *Silk Road*, 2018. Disponível em: <www.ancient.eu/Silk_Road/Silk_Road>. Acesso em 19 Ago. 2018.

MENDONÇA, Sandro. Rota da Seda, velha (s) e nova (s). *Janus – 2015-2016 – Integração Regional e Multilateralismo*, p. 124-125, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ual.pt/handle/11144/2964>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Crise ou afirmação da hegemonia americana? *Arighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. Estudos internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, v. 3, n. 2, p. 247-265, 2015. Disponível em: <<http://seer.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10750>>. Acesso em: 24 Ago. 2018.

MULLER, Albert. O século 21 será chinês? *Geopolítica & Guerra*, Jun. 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/capa-outras-midias/seculo-21-sera-chines-e-asiatico>>. Acesso em: 27 Jun. 2018.

NOGUEIRA, Isabela; HENDLER, Bruno. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista? *Carta Internacional*, v. 11, n. 3, p. 199-222, 2016.

NYE JR., Joseph. *Softpower: the means do success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEN, Ruben George. Prefácio. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. *Perspectivas*, v. 45, p. 9-40, Jan.-Jun. 2015.

_____. As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica. *Carta Internacional*, v. 9, n. 1, p. 19-43, Jan.-Jun. 2014.

PAULA, Luiz Fernando de; JABBOUR, Elias. *A China e seu catching up: uma abordagem desenvolvimentista clássica*, 2016. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-china-e-seu-catching-up.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

PAULINO, Luís Antonio; PIRES, M. As relações entre a China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.coreconrs.org.br/pdf/revistas/revista-economia-e-politicas-publicas-%20v.4.%20n.1_2016_Final.pdf#page=9>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

PAUTASSO, Diego. A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, v. 16, n.149, p. 12-19, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/15017>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2017. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/estudos-internacionais/article/view/13874>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. O reposicionamento estratégico sino-estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017). *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74992>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

PINENT, Carlos. *Breve introdução à história da China: da formação da civilização chinesa ao século XXI*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2011.

RIBEIRO, Erik Herejk. A expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): uma coalizão anti-hegemônica? I Seminário Internacional de Ciência Política: Estado, democracia e mudança no século XXI. 9 a 11 set. 2015. Porto Alegre. UFRGS. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RIBEIRO-A-Expans%3%A3o-da-Organiza%3%A7%C3%A3o-para-a-Coopera%3%A7%-C3%A3o-de-Xangai-Uma-Coaliz%3%A3o-Anti-hegem%3%B4nica.pdf>>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 50 anos e Revolução Chinesa / Revolução Chinesa: antecedentes históricos. *Folha da História*, Ano IV, n. 31, Nov. 1999.

ROMANA, Heitor Barras. Da cultura estratégica: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. *R. Esc. Guerra Naval*, v. 22, n. 1, p. 13-32, Jan.-Abr. 2016. Disponível em: <www.jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/download/211/173>. Acesso em: 15 Out. 2018.

RUDD, Kevin. A ordem mundial está em transição, e a China tem roteiro claro. *Folha de São Paulo*, “Mundo”, 18 Jul. 2018. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/ordem-mundial-esta-em-transicao-e-china-tem-roteiro-claro.shtm/#comentários> >. Acesso em: 18 Jul. 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83-89, Jan.-Fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbfis/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2018.

SCHERER, André Luís Forti. A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 36, n. 129, p. 35-51, Jul.-Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/780>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. A ascensão da China e os seus Impactos para o Leste Asiático. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132973>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

TERRA. O culto a Xi. Coluna Zeitgeist, 09 Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/zeitgeist-o-culto-a-xi,706ab3e8721d67257641410c801e-2889b0izr9j.html>>. Acesso em: 11 Nov. 2018.

THIERY, Hérvé; DA COSTA, Wanderley Messias. Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geografia militar a um pensamento estratégico nacional. *Revista Tamoios*, v. 12, n. 2, 2016.

VÁZQUEZ, Daniel Day; FERNANDES, Marcos Vinícius da Silva Dantas. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 1/3). *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 2, p. 127-154, 2016. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/92/91>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York: New York Press, 2000.

WENWEN, Lyu. A utilização da moeda chinesa como fator de poder: o caso do Renminbi. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14075>>. Acesso em: 04 set. 2018.

